

MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN BÁSICA, SISTEMAS EDUCATIVOS Y PLATAFORMAS LABORALES COMO EXPRESIONES DE LA PEDAGOGÍA DEL CAPITAL

Roberto Leher

leher.roberto@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil.

Recibido: 02/05/2023 **Aceito:** 16/08/2023

Resumen

El artículo discute las dimensiones teóricas y metodológicas de la mercantilización financierizada de la educación básica y superior. Sostiene que es necesario articular diferentes niveles de abstracción para profundizar el análisis del proceso de apertura del capital y de adquisiciones y fusiones que viene perturbando la educación. Destaca el papel del Estado y de los fondos públicos en la consolidación de este proceso y subraya el profundo significado de la conversión de los grupos educativos en corporaciones bajo el control creciente de empresas de private equity. Analiza y hace proposiciones sobre las consecuencias de la financierización a través de la proliferación de la educación a distancia dirigida a las fracciones más pobres de la clase trabajadora y, específicamente, para la formación de profesores. Se centra en la constitución de sistemas de enseñanza y plataformas de trabajo y hace proposiciones sobre el futuro de la enseñanza pública. Al final, destaca la necesidad de actualizar el concepto de control social para impedir el avance de la mercantilización de la educación.

Palabras clave: mercantilización de la educación; financierización; educación básica; educación superior.

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, SISTEMAS DE ENSINO E PLATAFORMAS DE TRABALHO COMO EXPRESSÕES DA PEDAGOGIA DO CAPITAL

Resumo

O artigo discute dimensões teóricas e de método sobre a mercantilização financeirizada da educação básica e superior. Defende a necessidade de articular diferentes níveis de abstração para aprofundar a análise do processo de abertura de capitais e de aquisições e fusões que vêm transformando a educação. Coloca em relevo o papel do Estado e do fundo público na consolidação deste processo e destaca o profundo significado de conversão dos grupos educacionais em sociedades anônimas sob controle crescente de empresas de private equity. Analisa e faz proposições sobre as consequências da financeirização por meio da proliferação da modalidade de educação a distância voltada para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora e, especificamente, para a formação de professores. Focaliza a constituição de sistemas de ensino e plataformas de trabalho e faz proposições sobre o porvir da educação pública. Ao final, destaca a necessidade de atualizar a concepção de controle social para impedir o avanço da mercantilização da educação.

Palavras-chave: mercantilização da educação, financeirização, educação básica, educação superior.

COMMODIFICATION OF BASIC EDUCATION, EDUCATION SYSTEMS AND WORK PLATFORMS AS EXPRESSIONS OF THE PEDAGOGY OF CAPITAL

Abstract

The article discusses theoretical and methodological dimensions of the financialized mercantilization of basic and higher education. It defends the need to articulate different levels of abstraction to deepen the analysis of the process of capital opening and of acquisitions and mergers that have been disrupting education. It highlights the role of the State and the public funds in the consolidation of this process and highlights the profound significance of the conversion of educational groups into corporations under the growing control of private equity firms. It analyzes and makes propositions about the consequences of financialization through the proliferation of distance learning aimed at the poorest fractions of the working class and, specifically, for teacher training. It focuses on the constitution of teaching systems and work platforms and makes propositions about the future of public education. At the end, it highlights the need to update the concept of social control to prevent the advance of the mercantilization of education.

Keywords: mercantilization of education, financialization; basic education; higher education.

Introdução

As atuais manifestações da mercantilização da educação brasileira e mundial possuem profundas diferenças com a privatização da educação verificada na segunda metade do século 20 e, mesmo, na primeira década do século 21. Esta proposição não é aleatória: resulta de uma série de pesquisas do autor deste artigo realizadas de modo sistemático desde 2015 (Autor, 2015; Autor, 2019; Autor, 2021). No lugar de conceber a mercantilização como um fato já dado, que se mostra de modo imediato ao investigador, as pesquisas citadas convergem com a proposição de Bachelard “de que o fato científico se conquista, constrói e comprova” (Bourdieu et. al, 2002, p.24). Neste prisma, o trabalho de abstração científica implica sempre uma problemática histórica e socialmente constituída (idem, p. 205). Com base nestes fundamentos epistemológicos, as pesquisas que consubstanciam o artigo postularam que, no contexto de hegemonia do capital portador de juros e do capital fictício investigados por Marx no Livro 3 de O Capital (Marx, 2017) (denominado doravante como financeirização), a compreensão das políticas educacionais exige a consideração das particularidades do objeto (Kofler, 2010). Isso requer um esforço de apreensão das diferenças específicas dos fenômenos, a saber, de uma parte, a privatização por meio de grupos especificamente educacionais e de propriedade familiar e, de outra, a mercantilização sob a égide de Sociedades Anônimas, controladas por fundos de investimentos e que realizaram abertura de capital nas bolsas de valores.

No processo de construção do objeto de pesquisa exposta neste artigo diferentes níveis de abstração da teoria e do método foram necessários. Em um plano mais abstrato, o movimento geral de financeirização da vida social (Marx, 2017) e de suas consequências para os direitos

sociais guiou a análise sobre o significado de grandes grupos de *private equity* que vêm ampliando seu controle – em geral, por meio de outros fundos de investimentos – de grupos educacionais, de saúde, seguridade, cuidados a idosos, agronegócio, mineradoras, tecnologia de informação e comunicação, entre outros, a exemplo dos negócios da Oppenheimer e BlackRock (Ballou, 2023). Em um segundo plano, a pesquisa contemplou os fundos e grupos de *private equity* em seus negócios educacionais, abordando aquisições, abertura na bolsa de valores – examinando documentos das bolsas de valores e das próprias empresas adquiridas total ou parcialmente. O terceiro plano diz respeito aos nexos da financeirização da educação com o Estado, colocando em relevo os aparelhos privados de hegemonia e as medidas do Estado que engendraram a mercantilização. Finalmente, no plano mais concreto, a investigação focalizou as organizações educacionais sob controle de empresas *private equity* e de fundos associados, investigando as aquisições realizadas, nichos de mercado ocupados, interpelando as mudanças que estão ocorrendo na educação. Este plano é enfatizado no presente artigo e, como pode ser visto, todos os níveis de abstração estão interrelacionados.

A compreensão da mercantilização da educação não é possível sem a periodização de suas configurações distintivas. Como apontado, não há como equiparar a expansão de grupos educacionais privados sob controle familiar e o processo de monopolização pelas corporações de capital aberto, sob o comando de fundos de investimentos; tampouco é possível ignorar as mudanças na composição orgânica do capital por meio de extraordinária intensificação do uso de tecnologias. Não se trata apenas de examinar as novas conformações da propriedade advindas da conversão das universidades e escolas em Sociedades Anônimas – o que já denota uma transformação de imensas proporções na natureza das organizações educacionais.

Uma marca distintiva é que a financeirização abrange o que é dado a pensar nas escolas e universidades. O deslocamento dos centros decisórios dos grupos educacionais financeirizados para os Conselhos de Administração, em detrimento dos antigos espaços com a participação da reitoria, dos coordenadores pedagógicos etc., imprime uma dinâmica cuja força motriz é a expectativa dos mercados, dos investidores, sem real consideração com os aspectos educacionais e pedagógicos. Resultam desta nova dinâmica a proliferação de cursos na modalidade de educação a distância, de cursos semipresenciais e de cursos digitais; assim como o lucrativo negócio de cursos de graduação presenciais denominados de *premium*, pois voltados para o público de alto poder aquisitivo, a exemplo dos cursos de medicina. Ademais, os grupos financeirizados estão se voltando para o segmento altamente rentável dos sistemas de ensino e das plataformas de trabalho na educação básica em que, por meio de opacos

algoritmos – unidade básica da área de computação, um conjunto automatizado de instruções que transforma dados em resultados desejados (Grohmann, 2020) – as citadas plataformas de ensino passam a ser performativas, incidindo sobre os estudantes e docentes, moldando perfis de consumo e mesmo ideológicos.

Embora por limite de escopo não seja possível expor com detalhes, é necessário destacar que, na elaboração da periodização, foram considerados os nexos entre a totalidade – novas configurações do capital-imperialismo (Fontes, 2010), reformas do Estado, comodificação de direitos sociais, exacerbada flexibilização e exploração laboral – e a expressiva (e original) particularidade da mercantilização da educação superior privada com fins lucrativos (Sguissardi, 2019).

Periodização da problemática da mercantilização

As investigações que consubstanciam o presente artigo permitiram caracterizar três grandes marcos temporais da mercantilização da educação no Brasil, aqui compreendida como o fornecimento da educação por meio de organizações juridicamente com fins lucrativos e que, por conseguinte, abandonaram o manto da filantropia que, no período anterior à Constituição de 1988, ocultou os objetivos lucrativos de muitas organizações de ensino. O foco do presente artigo envolve o terceiro período, a saber, o período após 2016 e que segue até os dias vigentes (dezembro de 2022).

1. 1988-2007: é o período de institucionalização do setor privado com fins lucrativos (definido como particular) e de sua expansão. O seu ponto de partida foi a Constituição Federal de 1988, especialmente o art. 209 que estabelece: O ensino é livre à *iniciativa privada*, atendidas as seguintes condições: I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público (itálico do autor) (Brasil, 1988). A inserção da expressão *iniciativa privada*, a partir da ação dos setores privatistas na constituinte (1987-1988) abriu um novo horizonte normativo, pois a expressão está indissolúvelmente associada à iniciativa privada mercantil, isto é, à busca de lucro pelos investidores. Este foi o sentido assumido pela principal lei que normatiza a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) que, é importante frisar, foi elaborada em um contexto de supremacia neoliberal, derrotando o projeto de lei apoiado pelos educadores (Saviani, 1999). Ao ser promulgada, dispunha sobre as instituições privadas no artigo 20, estabelecendo, no inciso I, a existência de instituições particulares em sentido estrito, “assim

entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado” que se diferenciem das instituições sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas). É a partir dessa diferenciação entre as instituições privadas (com e sem fins lucrativos) que toda uma legislação conexa foi erigida, assegurando a base jurídica para a forte expansão mercantil.

Ao contrário da afirmação dos empresários que atuavam no setor privado mercantil, não foi a ‘mão invisível do mercado’ que possibilitou o crescimento do setor. Sem a indução do Estado dificilmente teria sido possível seu crescimento exponencial. Com efeito, é crucial colocar em destaque que os grupos educacionais, apesar de estarem ocupando novos nichos de mercado guiados por novas estratégias de negócios, não vislumbram, de modo algum, uma via de negócios sem fortes subsídios e induções estatais. Em artigo no jornal de maior circulação no país, Celso Niskier, diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e secretário executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, dois destacados Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais – APHe do ramo educacional, resumiu o que as instituições privadas demandam do Estado: mais desregulamentação (“a educação superior segue presa a amarras regulatórias incompatíveis com o atual contexto socioeconômico e com as necessidades do mercado de trabalho”, leia-se, a plataformização do trabalho) e mais recursos públicos (“preocupa a desidratação constante das políticas governamentais de acesso à educação superior [...] as duas principais políticas [estão comprometidas]. O Fies já concedeu mais de 700 mil financiamentos por ano, hoje opera na casa dos 40 mil. O ProUni é ameaçado pela proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional”) (Niskier, 2021). O artigo é de julho de 2021 e é cristalino: menos Estado na regulação do ensino superior (regulação que é uma exigência constitucional) e mais Estado no financiamento público do setor privado, inclusive mercantil, o que está em desacordo com a Constituição.

Entre as principais medidas que fortaleceram os negócios educacionais é importante colocar em destaque a lei 9.870, de 1999 (Brasil, 1999), que estabeleceu o fim do controle estatal sobre o valor das mensalidades (que doravante passa a ser um livre contrato entre quem compra o serviço e quem vende o serviço), abrindo caminho para a existência de lucros nos negócios educacionais. Hodiernamente, é a própria expectativa de lucro orienta a movimentação das ações dos grupos de capital aberto na bolsa de valores. A constituição jurídico-formal do setor especificamente mercantil (particular) estabelecida na LDB foi

regulamentada por meio do Decreto 2.306, de 1997 (Brasil, 1997), que normatiza a existência de instituições com fins lucrativos:

Art. 1 As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Art. 7º As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual. (Brasil, 1997)

As instituições privadas sem fins lucrativos possuíam mais de 60% do total de matrículas no ensino superior em 1995. Após a regulamentação do setor propriamente mercantil sua participação foi francamente descendente, chegando a 19,7% em 2021. Ao contrário, as com fins lucrativos já possuíam a maior parte das matrículas no ensino superior em 2021 (57%), conforme o Censo da Educação Superior do INEP de 2021 (Brasil, 2022).

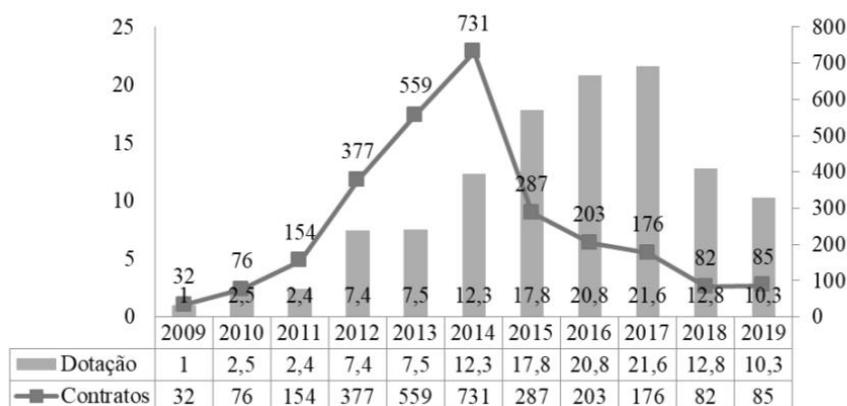
O primeiro estágio se caracteriza, por conseguinte, pela consolidação, entre as privadas, do segmento propriamente mercantil. Outro ato estatal que contribuiu para dar novo impulso à conversão de instituições sem fins lucrativos, em geral, filantrópicas, em organizações propriamente mercantis foi o Programa Universidade para Todos – Prouni (Brasil, 2005). Pela Constituição Federal, apenas as sem fins lucrativos fazem jus às isenções tributárias. Entretanto, com o Prouni também as organizações com fins lucrativos passaram a gozar de substantivas renúncias fiscais: 15% sobre o imposto de renda de pessoa jurídica sobre o lucro, de 9% sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 7,6% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e de 1,65% do Programa para Integração Social. As referidas renúncias fiscais aproximam as mercantis das filantrópicas com a exceção da contribuição patronal para a previdência social dos funcionários da instituição, exclusiva das últimas. As contrapartidas, conforme diversos estudos, estão resolutamente aquém das isenções (Haas e Pardo, 2017) e Tribunal de Contas da União (TCU, 2008).

Com a expansão das instituições propriamente mercantis, impulsionada pelas novas isenções tributárias do Programa Universidade para Todos custeadas pelo fundo público, grandes grupos passaram a buscar assessoria em instituições financeiras objetivando reestruturar suas organizações em prol da maior lucratividade frente a um ambiente de maior

competição. Este estágio ainda se caracterizou, contudo, pelo controle familiar dos grupos educacionais, situação radicalmente alterada no segundo estágio.

2. **2008-2015**: o período pode ser caracterizado pelas aquisições e fusões entre grupos, sob a liderança de fundos de investimentos nacionais e estrangeiros e pela abertura de capital na bolsa de valores de alguns dos principais grupos educacionais. Os novos grupos educacionais financiados e organizados na forma de Sociedades Anônimas engendraram uma rápida expansão de matrículas presenciais e uma acentuada capilarização de unidades no território brasileiro. Em termos de políticas públicas, o diferencial foi a reforma do Fundo de Financiamento Estudantil, em 2010. Criado em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Fies substituiu o Programa de Crédito Educativo de 1975, estabelecido no governo da ditadura empresarial-militar. Com a reforma de 2010, no segundo governo Lula da Silva, foi reduzida a taxa de juros 6,5% para 3,4%, aumentando, com isso, os subsídios implícitos pelo fundo público. O número de bolsas foi substantivamente aumentado (2009: 32 mil; 2014: 732,6 mil). O tempo para o pagamento do crédito foi ampliado para o equivalente a três vezes o tempo previsto para o curso e foi criado um fundo garantidor como lastro para os empréstimos. Com isso, o montante de recursos necessários para custear o Fundo cresceu cerca de 600%, conforme auditoria do Tribunal de Contas da União (2016). Com efeito, “em 2010, o referido fundo custeava 6% das matrículas das instituições privadas, em 2016 correspondia a 39% das matrículas do segmento privado; no mesmo período, os gastos subiram de aproximadamente R\$ 2 bilhões para R\$ 34,4 bilhões (em valores nominais). O fundo público foi largamente apropriado pelas corporações” (Autor, 2022, p.89).

Gráfico 1 - Fies: Dotação orçamentária (bilhões) e financiamentos concedidos (milhares), 2009 – 2019 – valores nominais



Elaboração GOMES (2021)

Fonte: TCU (2016), FNDE (2020) e Senado (2020).

O objetivo do artigo não é analisar especificamente o Fies, o que foi feito parcialmente em artigo anterior (Autor, 2020), mas apresentar a forte expansão de seus gastos, auspiciando o crescimento de matrículas das corporações com recursos públicos. É importante lembrar que, tal como o Prouni, os subsídios não se limitaram às instituições sem fins lucrativos, como preconizado pela Constituição, abrangendo, sobretudo, as corporações sob controle de fundos de investimentos, organizadas na forma de Sociedades Anônimas, e com ações negociadas na bolsa de valores. Em 2012, por exemplo, as ações da Kroton (atual Cogna) e da Estácio (atual Yduc) foram os títulos que mais se valorizaram na Bolsa de Valores brasileira, respectivamente com 151,5% e 134,2%, ano em que o número de alunos com Fies mais que dobrou em relação ao ano anterior (Borsari e Palludetto, 2019). Foi nesse período que os principais grupos realizaram grandes aquisições. Com efeito, entre 2009 e 2020 o número de transações (aquisições e fusões) no setor de educação foi de expressivos 340 negócios.

Tabela 1. Compradores/ Investidores mais ativos no setor de Educação no Brasil, por volume das transações, 1999 – 2018

Empresa	Transações em milhões de dólares
Kroton Educacional S.A.	6932
Itaú Unibanco S.A.	1997
Pearson PLC	1486
Tarpon Gestora de Recursos S. A.	1472
Editora e Distribuidora Educacional S.A.*	1316
Anhanguera Educacional Ltda.*	645
Laureate Education, Inc.	494

Somos Educação S.A.*	486
Anima Holding S.A.	449
Naspers Limited	422

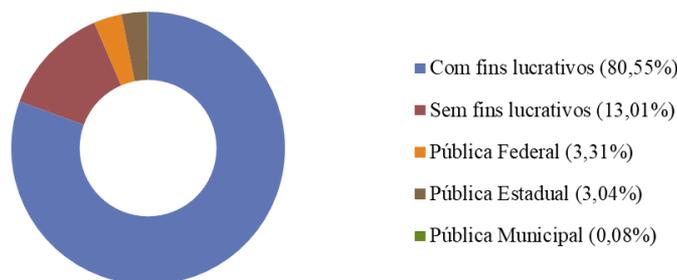
Fonte: S&P Capital IQ. Elaboração dos autores.

*Empresa subsidiária da Kroton Educacional. (Borsari e Palludeto, 2019)

Tais aquisições foram possibilitadas pela liberalização do *mercado educacional*; de fato, inexistente qualquer regulação estatal quanto à participação de fundos de investimentos nas empresas educacionais e, tampouco, à abertura de capitais na bolsa de valores. A história da Kroton (Cogna) e da Estácio (Yducs) não seria a mesma sem os fundos *Advent*, *Oppenheimer*, *Capital World Investors*, *Coronation Fund Managers*, *Gic Private Limited* (Singapura) e da *Blackrock*, presentes em ambas as organizações. O mesmo é verdade em relação aos outros grupos de capital aberto, como a Ânima Educação que contou com o fundo de *private equity* BR Investimentos, Península, *Velt Partners* e como a SER Educacional pela *Cartesian Capital Group*, *Credit Suisse*, *Velt Partners*, Oceana Investimentos (Borsari e Palludetto, 2019).

Neste segundo estágio, a mercantilização da educação no Brasil assumiu feição única no mundo, tornando o país a vanguarda do processo, com empresas vinculadas a complexos financeiros, ações negociadas nas bolsas de valores e extraordinário grau de centralização e concentração do capital – conformando situações monopólicas. Conforme indicadores extraídos dos microdados do Censo da Educação Superior do INEP (Gomes, 2021), os 20 maiores grupos educacionais possuíam 14% do mercado em 2002; em 2015, os 12 maiores grupos possuíam 44% do mercado. Na modalidade de Educação a Distância (EaD), impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação, o quadro é ainda mais impactante.

Gráfico 2 - Matrículas na EaD por categoria administrativa pública (federal, estadual e municipal) e privada (com e sem fins lucrativos), graduação, educação superior, 2019



Elaboração Gomes, 2021.

Fonte: Censo da Educação Superior 2019 (2020).

Esse período em que grandes grupos educacionais abriram capital, passando a negociar suas ações na bolsa de valores, é indissociável do aumento da exploração do trabalho docente e de profundas mudanças nos cursos de graduação. Entre as alterações, é importante salientar a criação de ciclos básicos comuns a vários cursos não necessariamente afins, disciplinas comuns a cursos que não necessariamente possuem proximidade de área de conhecimento e centralização da parte administrativa e de gestão acadêmica.

Esse foi o apogeu da mercantilização da educação impulsionada pelo fundo público, notadamente Prouni e Fies. Entretanto, como é possível constatar no Gráfico 1 e na Tabela 2 (em valores atualizados), o Fies, após um período de crescimento exponencial entra em crise em virtude do abrupto crescimento dos gastos. Na Tabela 2 é possível examinar em detalhe os números, nos quais sobressaem os subsídios implícitos, o custo da garantia dos empréstimos e das operações, além, evidentemente, da concessão dos créditos anuais às instituições.

Tabela 2 - Gastos orçamentários e subsídio implícito do Fies (2016-2021) – (em milhares de R\$ IPCA/2021)

Ação/atividade	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Administração do financiamento estudantil	1.361	915.	652.	604.	619.	507.
Concessão de financiamento estudantil - Fies	26.238	26.712	14.607	11.102	6.267	4.490.
Fundos de garantia de operações de crédito educativo	767.		622.	600.	574.	500.

Subsídio Implícito do Fies	14.851	9.567	5.804	2.780	3.524	14.994
Total	43.218	37.195	21.687	15.086	10.986	20.491

Fontes: Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2022, Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020 (SECAP, 2021), Relatório constante no Acórdão nº 1481/2022 – TCU – Plenário (apenas para o gasto de subsídio implícito do Fies de 2021); Elaborado por Sardinha (2022)

Apenas a título de indicação da ordem de grandeza dos recursos públicos destinados às corporações, enquanto em 2016 o Fies mobilizou 43,2 bilhões (valores constantes), no mesmo ano as 63 universidades federais até então existentes tiveram, juntas, um orçamento de custeio e de investimento de R\$ 9 bilhões.

O agravamento das expressões da crise, a queda no PIB e nas receitas tributárias concorreram para o *impeachment* politicamente motivado que configurou o golpe de 2016 que destituiu a presidenta legítima Dilma Rousseff. Buscando se adequar à austeridade, Rousseff efetivou um corte de 60% no número de contratos de novos financiamentos - reduzidos de 731 mil em 2014 para 287 em 2015, corte que alcançou, também, o orçamento das universidades públicas. Inevitavelmente, a crise no Fies foi percebida pelos investidores dos fundos de investimentos e de ações na bolsa. Frente à fuga de investidores, as corporações realizaram um radical processo de reestruturações e de busca de novos nichos de mercado, situação que irá conformar o terceiro estágio que é o grande foco do presente artigo.

3. 2016-Atual: caracterizado pela diversificação de nichos de mercado – cursos a distância e digitais, educação básica – sistemas e plataformas – e por acentuada mudança na composição orgânica do capital. O marcador temporal inicial é a crise do Fies, evidenciando a profundidade da interconexão entre o fundo público estatal e a mercantilização. A crise verificada no Fies em 2015-2016 se refletiu na queda das ações que chegam a ter seu valor no Ibovespa reduzido à metade, entre 2014 e 2016 (Brasil, 2017). Como os investidores na bolsa de valores, nos fundos e nas empresas *private equity* levam em consideração (e manejam) as expectativas do mercado, sinais de alerta foram emitidos para as empresas educacionais controladas. As agências de avaliação de risco das principais instituições financeiras, como *Bank of America*, Morgan, Bradesco, Itaú-Unibanco, retiraram a recomendação de compra, aumentando a pressão sobre os grupos educacionais. As corporações educacionais com ações na bolsa, em conformidade com as decisões de seus Conselhos de Administração (basicamente dirigidos pelos representantes dos fundos de investimentos), optaram por uma rápida e profunda diversificação

das estratégias empresariais – mirando novos nichos de negócios que, contudo, não as afastaram do ‘ecossistema de negócios’ efetivado pelas referidas grandes empresas e *holdings*.

Ocorreram mudanças de grande porte, a exemplo da Kroton, que foi reestruturada como um holding (Cogna) em que os novos nichos de mercado foram estabelecidos por meio de subsidiárias com perfis próprios, como a Vasta, dedicada aos negócios na educação básica, notadamente sistemas de ensino e plataformas de trabalho, e que significativamente realizou abertura de capital na *National Association of Securities Dealers Automated Quotation System* (NASDAQ).

Para fins de clareza de exposição de suas especificidades, são apresentadas separadamente as novas tendências na educação superior e na educação básica; contudo, é imperioso não perder o foco de que tais estratégias estão ocorrendo muitas vezes no escopo de um mesmo holding, como é o caso da Cogna. A segmentação expressa movimentos de integração horizontal e vertical de capitais que possuem características próprias, mas que conformam a *forma holding* no capitalismo dependente.

a) **ensino superior**, se caracteriza por forte expansão dos cursos a distância, capilarizando o território nacional com polos de EaD: em 2010, as matrículas de graduação a distância somavam 750 mil; em 2016, 1,35 milhão; em 2020, 2,95 milhões (Brasil, 2022). Atualmente, as grandes corporações de capital aberto (Cogna, Yducs, SER, Ânima, Afya, Cruzeiro do Sul) e, também, os grandes grupos de capital fechado (Universidade Nove de Julho -Uninove, Universidade Paulista – UNIP) são responsáveis por mais de 65% do segmento (INEP, 2021). Os cursos presenciais ainda existentes passaram a ser híbridos: a Portaria nº 2117/2019, permitiu a ampliação para até 40% das disciplinas a distância nos cursos presenciais (Brasil, MEC, 2019). Os processos de aquisições seguiram em curso, notadamente para ampliar a competitividade dos grupos nos referidos nichos. Assim, por exemplo, em novembro de 2020 a Ânima adquiriu por R\$ 4,4 bilhões a Laureate -Anhembi- Faculdades Metropolitanas Unidas.

Mais recentemente, a partir de 2018, é possível verificar a consolidação da estratégia de abertura de linhas *premium*, por meio de cursos de mensalidades elevadas, notadamente em medicina e cursos de direito em instituições voltadas para o público de alta renda etc. A Yducs criou a ramificação Adtalem para atuar nos cursos premium, como medicina, e assumiu o controle dos cursos de direito do Ibmec; a Afya realizou aquisições como a Unigranrio e, atualmente está direcionando fortes investimentos, abrindo capital na NASDAQ, na linha premium de cursos de medicina, a Cogna focaliza igualmente cursos de medicina. A despeito

da queda acentuada de matrículas financiadas pelo Fies, é importante observar que o montante de recursos do Fundo dobrou entre 2020 e 2021 (Tabela 2), indicando uma inflexão que vem sendo vivamente reivindicada pelas corporações.

b) **educação básica:** se caracteriza pelo contexto em que as corporações ampliam drasticamente suas participações no segmento da educação básica, por meio de agressivas e robustas aquisições de escolas e, o que é novo em virtude da escala, de sistemas de ensino e de plataformas de trabalho. Os maiores grupos que se direcionaram para a educação básica já estavam alicerçados pelo complexo industrial de material pedagógico já existente, como grupos editoriais de livros didáticos e de material apostilado.

O holding Cogna, como pode ser visto com mais detalhes adiante, compreende as subsidiárias Saber que abarca as escolas próprias do grupo e a Vasta, incluindo aqui a Somos, que focaliza as plataformas e sistemas de ensino. Uma tendência a ser observada é a especialização das subsidiárias no ramo dos sistemas de ensino e plataformas. A Cogna está se desfazendo de muitas de suas escolas. Em 2021, parte substantiva das instituições da Saber foi vendida para o grupo Eleva (Gera Capital, João Paulo Lemann) que, em contrapartida, vendeu seu sistema de ensino para a Cogna (Vasta).

Em maio de 2022, uma fração das escolas sob controle do Gera (escolas Eleva) foi vendida a um grupo britânico, *Inspired Education Group*, que atua no segmento premium. Permanece sob controle da Gera Capital marcas como Pensi, Elite, Sigma, Ideal, Colegium, Alfa, Master, Motivo, CBV, Nota 10 e CEI, que possuem 115 mil estudantes.

O Sistema Educacional Brasileiro (SEB Educação) logrou igualmente uma substantiva parte do mercado de educação básica privada com diversas marcas, abrangendo mais de 400 escolas em mais de trinta países: Visão, A a Z, Geo, Pueri Domus, Esfera, CECAN, Concept, Maple Bear, em geral para o segmento premium, bilíngues, mas também com segmentos populares (Luminova) somando cerca de 130 mil estudantes. A exemplo dos demais grupos atua também nas plataformas e sistemas de ensino por meio da Conexia que já prepara sua entrada no segmento dos itinerários formativos do chamado Novo Ensino Médio, possuindo conexão com o Instituto Ayrton Senna por meio da marca *My Life* (Educação socioemocional, projetos de vida, 100% alinhado à Base Nacional Comum Curricular- BNCC) (SEB, 2023).

Também o grupo Bahema tem se destacado pelas aquisições de escolas referenciadas na Escola Nova, em geral progressistas, direcionadas ao público de alta classe média, como a Escola da Vila, Escola Biba, Escola Parque, Balão Vermelho, Colégio Apoio, Escola Autonomia e criou sua própria marca, a Escola Mais voltada para o segmento de baixa renda

(Blandy e Dowbor, 2022; Costa, 2021). Um tema a ser explorado em novas pesquisas é a conexão dos dirigentes do Bahema com APH da extrema direita, como o Instituto de Formação de Líderes de São Paulo e o Fórum Liberdade e Democracia

Determinados grupos, como a Arco, visto a seguir com mais detalhes, a exemplo da Vasta, abriu capital na NASDAQ, já está fortemente especializada no ramo dos sistemas e plataformas, adquirindo importante portfolio, como COC, Dom Bosco e o grupo britânico Pearson que possui destacadas editoras.

Como parte da estratégia para entrar no segmento da educação pública é inequívoca a mobilização dos principais APH empresariais que possuem conexões com as corporações educacionais. Estes são os casos do grupo Lemann, da SEB, da Bahema, da Cogna, entre outras, que criaram canais privilegiados com diferentes esferas do Estado objetivando a hegemonia burguesa no setor público. Não resta dúvida de que todos os grupos estão buscando a abertura do mercado nos estados e municípios para comercializarem seus sistemas de ensino e plataformas de trabalho, especialmente nas trilhas do Novo Ensino Médio e da BNCC. Neste prisma, sobressaem as ações Lemann no Renova BR, Acredito, Programa Formar, Khan Academy, iniciativas que são congruentes com o Todos pela Educação, o Instituto de Gestão Educacional, a Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor e interage hegemonicamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As interconexões entre as corporações educacionais e os aparelhos privados de hegemonia empresariais são particularmente fortes na BNCC e no Novo Ensino Médio, verdadeiras casamatas da agenda educacional do capital viabilizada de modo mais abrangente no contexto do golpe de 2016 e no período do governo Temer.

Educação Básica: sistemas e plataformas

Os negócios em torno das plataformas de trabalho e dos sistemas de ensino, atualmente estão inseridos nas estratégias dos maiores grupos educacionais. Como destacado brevemente, as corporações atuam junto com os aparelhos privados de hegemonia empresariais para entrar no que consideram o mercado de educação pública. Deste modo, é um tema de extraordinária importância para pensar, sobretudo, o futuro da educação básica pública.

As corporações estão cientes de que o mercado para a educação básica privada logo estará saturado em virtude da desigualdade social no país: o percentual de clientes para os serviços educacionais privados, considerando simultaneamente renda e escolaridade, é restrito.

Nos últimos anos houve um acentuado crescimento do segmento privado que passou de cerca de 10% do total de matrículas para perto de 20%, numericamente de 7,5 milhões de matrículas em 2010 para 9 milhões em 2018 (INEP, 2019). É possível, por conseguinte, postular que o direcionamento dos investimentos em sistemas e plataformas de ensino tem como premissa a ofensiva sobre as escolas públicas.

Os novos serviços, embora vinculados ao setor educacional privado, miram o mercado do setor público, em consonância com o chamado “capitalismo de plataformas”.

As plataformas são infraestruturas digitais que (...) se posicionam como um local que dá uma série de vantagens para que as transações aconteçam e, desse modo, obtêm dados de quem oferece e de quem procura algum bem ou serviço. (...) as plataformas são dependentes dos ‘efeitos de rede’: quanto mais numerosos os usuários de uma plataforma, mais valiosa ela é para todos os outros. (Srnicsek, 2017 apud Silveira, 2021, p. 24)

Este engendra novas bases tecnológicas em associação com telefonia (especialmente 5G), inteligência artificial (*learning machine*), *big data* e algoritmos que realizam mineração de dados (Silveira, 2021). Compreende seleção, filtragem e classificação de dados conforme critérios não publicizados, especificamente opacos, baseados em análises estatísticas complexas, e que se alteram quando expostos a grande quantidade de dados, sendo, portanto, preditivos, firmando tendências de comportamento e de preferências na opinião pública, em suma, *performativos*, como ficou famoso no caso da campanha do *Brexit* pela *Cambridge Analytica*

Esse movimento se dá sob a liderança das gigantes do setor de tecnologia da informação que reconfiguram a educação e o trabalho (crescentemente plataformizado, Graham e Anwar, 2020), como visto no período mais grave da pandemia de Covid -19 e que, no ensino superior, já é uma realidade nos cursos na modalidade de EAD.

Como apontado, as maiores empresas que atuam na educação básica, entre as quais sobressaem as de capital aberto, estão em processo febril de aquisições, mirando o mercado de plataformas, sistemas de ensino e materiais pedagógicos em geral. O *holding* Cogna criou uma subsidiária, a Vasta com fortes ramificações tecnológicas. O SEB, como visto, controlou, anteriormente, os sistemas de ensino COC e Dom Bosco (posteriormente vendidos ao grupo britânico Pearson e, atualmente, ao grupo Arco) possui uma ramificação em “soluções tecnológicas”, a Conexia alcançando 150 mil estudantes. A Eleva vendeu a sua plataforma de ensino Eleva para a Vasta (Cogna). O acompanhamento de casos concretos, como Cogna/Vasta e, ainda, do grupo Arco, ajudam a apreender a problemática específica de modo mais integrado, profundo e sutil.

Cogna – Vasta e Arco Educação

Após o período de apogeu do repasse de recursos do Fies para as grandes corporações (gráfico 1 e tabela 2), o paulatino encolhimento do referido Fundo (queda do número de contratos e, tendencialmente, forte queda do montante repassado às corporações) alcançou de modo avassalador as corporações educacionais. Conforme o *release* de resultados do terceiro trimestre de 2019 da Kroton:

Na vertical B2C de Ensino Superior, a Kroton segue seu processo de transição de base de alunos, **de um perfil majoritariamente financiado (Fies), para um perfil de alunos pagantes. A empresa, que já teve 60% dos seus alunos presenciais matriculados no programa Fies, deve encerrar 2019 com 14% e chegar ao final de 2020 com cerca de 6%.** Até que essa base de alunos se forme, os resultados da empresa seguirão pressionados, mas as perspectivas futuras já se mostram bastante promissoras. As safras mais recentes de captação foram muito saudáveis, o que indica que após o fim da pressão pela redução de alunos Fies, a Kroton deve retomar o crescimento de receita a partir de 2021. Reforçando essa tese, na captação do segundo semestre divulgada recentemente, a Kroton apresentou crescimento anual de quase 20% em termos de receita dos novos alunos (Kroton, apud Finelli, 2020, negrito: RL).

Em outubro de 2019, a Kroton, então avaliada em R\$ 18,2 bilhões, foi reestruturada originando a Cogna Educação (Finelli, 2020, p.74-75), holding que reúne quatro companhias: Kroton (Ensino Superior), Platos, ensino superior; Saber (Educação básica); Vasta/ Somos (educação básica).

Rodrigo Galindo, o CEO de então, destaca:

O setor educacional é um segmento de aproximadamente R\$ 170 bilhões e nossa companhia, mesmo sendo líder, tem um faturamento de R\$ 7 bilhões. Entendemos, portanto, que temos um potencial de crescimento gigantesco a ser explorado em todas as nossas áreas de atuação (...) e esse novo caminho que estamos trilhando possibilitará gerarmos um impacto ainda maior. (Publishnews, 2019)

A própria transformação da Kroton no *holding* Cogna foi vista por setores do mercado como uma reestruturação com o objetivo de facilitar a tramitação das aquisições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que impediu a incorporação da Estácio em virtude de seu caráter monopolizante.

Na última década, a Kroton cresceu investindo na consolidação do mercado de ensino superior, ao comprar faculdades. (...) No primeiro trimestre de 2019, a empresa registrou lucro líquido 47,4% menor do que no mesmo período do ano anterior. No segundo trimestre, a queda foi de 44,2%. Agora, com o fatiamento, a Cogna pretende avançar na prestação de serviços para escolas e faculdades. (Moura apud Finelli, 2020, p.94)

É crucial destacar que a ramificação Vasta foi criada com envergadura suficiente para realizar a abertura de capital na NASDAQ. No fim de 2019, a Kroton informou por nota de Fato Relevante sua intenção em realizar na NASDAQ a IPO da subsidiária do ensino básico, a

Vasta (Ribeiro, 2017). Com a notícia, as ações da Cogna subiram quase 6% no fim de novembro de 2019, com a expectativa de levantamento de 1,5 bilhão de reais (Brandão, 2019).

A Vasta atua no ramo dos sistemas de ensino que já pertenciam ao grupo Kroton (Anglo, Ético, Maxi, Par, pH, Pitágoras e Rede Cristã) e que, com os recentes acordos comerciais com o grupo Lemann (Sistema de Ensino Eleva, 176 mil estudantes), ampliou o rol de sua atuação no ramo da gestão de escolas, digitalização das escolas básicas e aulas particulares. Conforme Koike (2021), a Cogna ficará com o sistema de ensino da Eleva (R\$ 600 milhões) que, por sua vez, ficará com 51 colégios da Cogna (transação que envolve cerca de R\$ 1 bilhão), o saldo de R\$ 400 milhões será pago à Cogna em ações da Eleva que pretende realizar um IPO neste primeiro semestre. A Cogna, por meio da Vasta, pode consolidar a posição de principal fornecedora de sistemas educacionais do país.

Conforme o Bradesco BBI, o acordo é positivo para a Cogna, já que seu negócio de sistemas de aprendizagem é a área que os analistas veem como com maior potencial e destacam que a transação não impacta tão significativamente na alavancagem da companhia, um dos pontos de preocupação no mercado, destacando que os termos da aquisição foram atrativos, ainda mais considerando as possíveis sinergias a serem extraídas do negócio. “Vemos este mercado como do tipo em que ‘o líder leva a maior parte’, na qual a escala é vital para diluir custos e reunir informações de mercado, de modo que a inclusão dos ativos da Eleva seria uma vantagem estratégica. A inclusão dos ativos da Eleva também diluiria a relevância da solução PAR [sistemas de ensino baseado em livros didáticos] entre a base de alunos da Cogna, que vemos como tendo menos potencial do que o resto das operações de sua subsidiária Vasta” apontam (APP Investe, 2021).

A empresa ficará responsável também pelo ramo de materiais didáticos já pertencentes à Kroton (proprietária das maiores editoras de livros didáticos e afins, como Saraiva, Benvirá, Scipione e Ática), e por *startups* com foco na educação (também por meio da ramificação do holding Cogna – Cogna Ventures Startups) – e especialmente em EdTechs. Assim, embora a criação da Vasta seja recente, os negócios subjacentes possuem considerável lastro, como os sistemas de ensino já estabelecidos e as editoras assinaladas. Ademais, é um nicho recente, mas já sob forte concorrência.

Conforme o então CEO da Vasta, Mario Guio, o objetivo é consolidar o mercado de sistemas de ensino. O executivo afirmou que a empresa segue ativa na estratégia de fusões e aquisições, prospectando 77 alvos atualmente, a maioria de companhias de tecnologia de educação, as chamadas *EdTechs*.

Para contemplar a complexidade da problemática da mercantilização da educação básica, é crucial colocar em destaque a competição entre os grandes grupos pelos sistemas de ensino. Um grupo que ganhou destaque é o Arco. Fundado no Ceará pela família Sá Cavalcante (fração burguesa local), conforme avaliação da Bloomberg possui o expressivo valor de US\$

2,57 bilhões e está lastrado pelo fundo estadunidense de *private equity* *General Atlantic*, com 20% do capital. A empresa atua em serviços de conteúdo e serviços de ensino e realizou IPO na NASDAQ em 2018 (Furlani, 2021) com uma valorização de curto prazo de 29%.

Entre os oito bancos de investimentos escolhidos para coordenar o IPO, a grande maioria era internacional, como o Goldman Sachs, o Morgan Stanley e o Allen & Co, o que deixou o processo fora do radar de muita gente do mercado brasileiro. ‘A opção pela Nasdaq nos coloca em contato com um ecossistema de tecnologia formado por empresas e investidores que podem contribuir para construirmos uma das melhores companhias de educação do mundo’, disse à DINHEIRO o empresário de 38 anos Ari de Sá Neto, fundador e CEO da Arco. Entre 2015 e 2016, a empresa adquiriu participações minoritárias em três negócios: a escola de instrução suplementar *International School*, a companhia de sistemas educacionais WPensar e a plataforma de conteúdo Geekie. ‘Os investimentos feitos seguem o nosso foco de atuação, que é o desenvolvimento de soluções para escolas de educação básica privada’, afirma Ari de Sá Neto. ‘As empresas em que investimos acompanham essa premissa, do mesmo modo que startups de tecnologia educacional também estão totalmente alinhadas com os nossos objetivos.’ (Valim, 2018, s.p.)

É possível trabalhar com a hipótese de que a vertente tecnológica – abarcando sistemas de ensino, materiais didáticos, EdTechs, plataformas virtuais de aprendizagem, aulas particulares – assume um lugar estratégico, projetivo do futuro, no ecossistema de negócios educacionais.

Sobre a aquisição [COC, Dom Bosco] (...), o Bradesco BBI avalia que é positiva para a Arco, por avaliar que se trata de um mercado em que a escala é vital para diluir custos e obter informação de mercado. O Bradesco BBI vê perspectiva de valorização para a Arco a partir de sinergias. As compras também podem ampliar o alcance da Arco para novas faixas de preço, e permitir mais oportunidades de vendas, já que apenas 25% dos clientes de COC e Dom Bosco utilizam produtos suplementares da Arco (Rizério, 2021, s.p).

Com a aquisição da Pearson (COC, Dom Bosco) pela Arco Educação, por R\$ 920 milhões, o grupo passa a contar com 1,9 milhão de estudantes utilizando seus sistemas de ensino, fortalecendo a liderança do grupo no setor (Koike, 2021b).

Conclusão

A financeirização denota a força avassaladora das frações burguesas que operam o capital comércio de dinheiro sobre o conjunto da economia capitalista no presente século. As empresas de *private equity* realizam aquisições e reestruturações objetivando os seus lucros, mas não necessariamente os da empresa controlada ou adquirida. Em geral, as adquiridas são tão profundamente enxugadas em termos de investimentos, pessoal, e assumem tantos encargos que se tornam a médio prazo inviáveis (Ballou, 2023).

O presente artigo buscou demonstrar que a própria mercantilização da educação está sendo profundamente reconfigurada. Para atender as expectativas dos investidores dos grupos

de *private equity* e dos fundos que controlam os grupos educacionais está em curso um forte movimento de ampliação do capital fixo na educação, gerando cortes sucessivos de docentes. No ensino superior, a Kroton possui quase mil polos de EaD e cerca de 650 mil alunos. A Laureate (Ânima) utiliza inteligência artificial para corrigir as avaliações dos estudantes por meio de robôs (Domenici, 2020).

Preparando terreno para a difusão da tecnologia 5G, a Kroton (Cogna) realizou integração vertical com a TIM em 2021 (desfeito em dezembro de 2023), criando uma *startup* educacional, a AMPLI, para ofertar cursos digitais (livres, graduação e pós-graduação), apresentados como uma geração acima dos cursos EaD, pois mais leves e ajustados aos *perfis* dos clientes definidos pelos algoritmos, pensados para a jornada e a experiência mobile, com aulas que não ultrapassem 10 minutos! Quando a parceria foi anunciada, a TIM informou que difundiria os cursos Kroton-Anhanguera para mais de 51 milhões de clientes a partir dos *perfis* de seus usuários e do comportamento dos brasileiros, um ativo da empresa (Arbex, 2021), ressaltando o lugar das plataformas e dos algoritmos a elas associados, incluindo os cursos no pacote mais básico. Por meio dos algoritmos não apenas perfis de consumo podem ser selecionados, mas também perfis educacionais e ideológicos. Os algoritmos permitem, ademais, *performar* perfis de consumo e perfis ideológicos, abrindo uma zona de grande risco para o caráter da educação definido pela Constituição de 1988. Para a Kroton, ‘a estratégia vai ao encontro do processo de digitalização da educação, com foco nos cursos EAD’ (Arbex, 2021).

O processo de ampliação do capital fixo, por meio de plataformas de trabalho, sistemas de ensino, materiais didáticos, aulas virtuais, etc., ganhou nova escala com a pandemia. Em 2020, ano de imensa crise para as empresas educacionais, os setores com maior número de aquisições foram, justamente, os de internet, em primeiro lugar, de tecnologia da informação, em segundo, e educação, em nono lugar (KPMG, 2020). Os grandes grupos que atuam nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Google Meet, Microsoft Teams...) viram na pandemia uma oportunidade para quebrar as resistências dos docentes, estudantes e sindicatos da educação frente ao ensino a distância, difundindo suas plataformas nas redes de educação básica, sob o manto filantrópico de oferecer suporte para o ensino remoto. As gigantes do setor atuam na difusão da crença de que as mudanças verificadas na pandemia significaram um ponto de não retorno e que, doravante, o ensino híbrido será generalizado como o *novo normal* (Autor, 2021b). Como capturado por Naomi Klein:

Apenas um dia antes, Cuomo havia anunciado uma parceria semelhante com a Fundação Bill e Melinda Gates para desenvolver “um sistema educacional mais inteligente”. Chamando Gates de “visionário”, Cuomo disse que a pandemia criou “um momento na história em que podemos realmente incorporar e levar adiante as ideias [de Gates] ... todos esses edifícios, todas essas salas de aula físicas — por que manter isso com toda a tecnologia que temos?”, ele perguntou, aparentemente de forma retórica (Klein, 2020).

Klein (2020) coloca em relevo uma dimensão importante da problemática aqui desenvolvida: a interconexão das grandes corporações de internet, tecnologia da informação, inteligência artificial e grupos financeiros com a educação básica. Outro aspecto a ser observado é que as empresas podem alterar a geografia do trabalho, potencialmente colocando em questão “a afirmação de David Harvey de que o trabalho é inerentemente baseado em um local (...), porque, em contraste com o capital, ‘a força de trabalho’ tem de ir para casa todas as noites’.” (Graham e Anwar, 2020, p.47). Como já realizado nos cursos de idiomas, vinculados aos grupos educacionais, e ainda mais, nos cursos de graduação e pós-graduação a distância e na educação digital, as plataformas possibilitam que parte substantiva do trabalho seja realizada longe do ambiente escolar.

No caso da mercantilização da educação existe uma importante particularidade: a imensa maioria dos novos professores brasileiros está cursando licenciaturas nos grupos de capital aberto e, em especial, de licenciaturas na modalidade de ensino a distância (EaD) baseados em plataformas, sobretudo em unidades da Cogna (por meio da Kroton). O capital impõe uma associação estreita entre os níveis de ensino: as grandes corporações que atuam na educação básica podem ter sua força de trabalho (e um vasto exército industrial de reserva) formada, em grande parte, por elas mesmas, em suas ramificações no ensino superior a distância.

Outra faceta crucial – e que está no cerne da nova problemática – são os chamados sistemas de ensino que estão sendo difundidos em estados e municípios, alcançando a educação básica. Esta é uma tendência que não pode ser desvinculada da produção dos livros didáticos, paradidáticos e cartilhas que, igualmente, chegam ao *chão das escolas*, definindo, parcialmente, o que é dado a pensar nas salas de aula, visto que os livros didáticos, com as BNCC, servem de guias curriculares no cotidiano das escolas (Moreira da Silva, 2021). A imbricação é ainda mais evidente no setor privado, pois, como assinalado, os grupos educacionais que atuam na educação básica e superior, embora tenham perfis específicos, muitas vezes pertencem ao mesmo *holding*, como no caso da Cogna (Vasta), ou mesmo são controladas, em diferentes

proporções, pelos mesmos fundos de investimentos, como se verificou no momento da aquisição da Estácio pela Kroton, negócio, como visto, frustrado pela negativa do CADE.

Temas axiais da pedagogia do capital, como competências, capital humano, *management*, gestão por resultados, empreendedorismo popular, competências socioemocionais para a resiliência, avaliação censitária, *rankings*, acentuam a dimensão utilitarista (Laval, 2019), calibrada pelo capitalismo dependente e por demandas de formação do exército industrial de reserva e de ampliação da formação para o trabalho simples (Autor et. al, 2019).

Entre as mais severas consequências da penetração das grandes corporações na educação básica, sobressai o processo de expropriação do conhecimento dos docentes. Com os sistemas de ensino, as BNCC adaptadas pela indústria editorial, as *EdTechs* etc., o conhecimento deixa de ser uma dimensão criadora da docência, sendo convertido em algo introjetado nas tecnologias e, nesse sentido, uma dimensão estranha ao docente que, desse modo, é convertido um facilitador da aprendizagem ou até mesmo em um entregador de conhecimentos pasteurizados pelas corporações. Tudo isso com aumento da exploração, precarização das relações de trabalho e, possivelmente, plataformização do trabalho. A utilização de sistemas e plataformas das corporações por escolas públicas, difundindo o modelo da escola *charter* e o uso de *voucher* está na cena educacional de diversos países, entre os quais os Estados Unidos da América com indisfarçáveis propósitos ideológicos.

O exame acurado dos grandes grupos educacionais de capital aberto ou mesmo de capital fechado, mas vinculados aos grupos econômicos que lideram o setor, permite evidenciar que a influência dos fundos de investimentos nos Conselhos de Administração dos referidos grupos já é um fato estabelecido. Desse modo, as decisões sobre investimentos, reestruturação de cursos, perfil da docência e dos estudantes (*tickets*), orientações pedagógicas, todas as deliberações fundamentais da vida cotidiana das escolas passam pelo crivo dos investidores, conformando, de fato, nova realidade educacional. Mesmo nas escolas privadas com fins lucrativos, mas de propriedade de grupos familiares, as decisões tinham alguma dimensão pedagógica, afinal, a educação era o negócio. Com o controle dos fundos de investimentos ocorre uma profunda reestruturação da dimensão temporal dos atos pedagógicos e administrativos, posto que o tempo dos acionistas e das agências de avaliação das ações é radicalmente comprimido: os acionistas acompanham em tempo real o valor das ações e qualquer incerteza quanto ao retorno do investidor pode provocar quedas expressivas. A função dos representantes dos fundos nos Conselhos das empresas educacionais é justamente impedir

que ocorra reversão de expectativas dos acionistas e, no caso de variáveis econômicas externas (com as decorrentes da pandemia, por exemplo), a função dos gestores dos fundos é radicalizar nas reestruturações para que as expectativas de lucro possam prevalecer. E essas decisões dos gestores dos fundos e dos grupos educacionais envolvem, necessariamente, o acionamento do fundo público e a edição de medidas legais que contemplem as estratégias de negócios das empresas e de seus investidores.

Evidentemente, nada disso é unilateral: existem resistências, transgressões, desobediências (Ezpeleta e Rockwell, 1986) entre as prescrições e tecnologias impostas pelos governos; contudo, com os sistemas de ensino, as margens tornam-se muito mais estreitas. As significativas mobilizações de sindicatos em defesa da revogação do Novo Ensino Médio (CNTE, 2023) em 27 estados do país, em abril de 2023, evidenciam que as entidades compreenderam que tais contrarreformas envolvem uma feroz investida do capital. Nesse prisma, novas investigações que permitam refinar o conhecimento das frações burguesas que manejam a mercantilização de novo tipo são de alta relevância. Embora extremamente complexo, pois o acesso às organizações de ensino e ao cotidiano pedagógico são fortemente blindados, novos estudos sobre o trabalho docente no contexto dos sistemas e plataformas de ensino são imperiosos, assim como sobre os processos de ensino e aprendizagem nas escolas e organizações de ensino superior – presencial e a distância.

Em um contexto de novo governo no Brasil (2023) é igualmente necessário novas linhas de investigação sobre as interconexões entre o fundo público e as corporações e entre as normas legais e a mercantilização, como já esboçado no presente artigo. Tais estudos podem ser cruciais para elaborar uma agenda sistemática de controle social que interrompa e permita a reversão da mercantilização financeirizada da educação brasileira, a rigor, prelúdio da mercantilização da educação planetária.

Referências

- APPIveste. (2021). As 5 maiores quedas e as 5 maiores altas do Ibovespa no turbulento mês de fevereiro. Disponível em: <https://appinveste.com.br/as-5-maiores-quedas-e-as-5-maiores-altas-do-ibovespa-no-turbulento-mes-de-fevereiro/>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- Arbex P. (2021). TIM e Kroton criam negócio para vender cursos mobiles. *Brazil Journal*, 7 de julho de 2021. Disponível em: <https://braziljournal.com/tim-e-kroton-criam-negocio-para-vender-cursos-mobile>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- Ballou, B. (2023) Private equity is gutting America — and getting away with it. *NYT*. April 28. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/04/28/opinion/private-equity.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 29 de abril de 2023.
- Blandy, B.; Dowbor, L. (2022). Impactos da financeirização da educação brasileira. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n.4, p. 1848-1877, out. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i4p1848-1877>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Borsari, P.R.; Palludetto, A.W.A. (2019). Índícios de financeirização da educação superior privada no Brasil (2007 – 2018), *Sociedade de Economia Política*. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/1415_1583717361_IND%C3%8DCIOS_DE_FINANC EIRIZA%C3%87%C3%83O_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_SUPERIOR_PRIVA DA_NO_Brasil_\(2007_%E2%80%93_2018\)_-Identificado_pdf_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1415_1583717361_IND%C3%8DCIOS_DE_FINANC EIRIZA%C3%87%C3%83O_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_SUPERIOR_PRIVA DA_NO_Brasil_(2007_%E2%80%93_2018)_-Identificado_pdf_ide.pdf). Acesso em: 10 de março de 2023.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. C.; Passeron, J. C. (2002). *El oficio del sociólogo: Presupuestos epistemológicos*. Bs. As: Siglo XXI.
- Brandão, R. (2019). Cogna, holding da Kroton, confirma oferta de ações da Vasta nos EUA. *Valor*, 22 nov. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/11/22/cogna-holding-da-kroton-confirma-oferta-de-acoes-da-vasta-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil. (2005). Lei 11.096 - Institui o Programa Universidade para Todos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil. (1999). Lei 9.870 - Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9870.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil. (1997). Decreto 2.306 - Regulamenta o sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.

- Brasil. (1988). Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil INEP. (2022). Censo da Educação Superior do INEP de 2021. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil, Ministério da Educação. (2019). Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-23267091>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Brasil. Ministério da Fazenda. (2017). Diagnóstico do FIES, Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/diagnosticofies_junho2017.pdf. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). (2023). *24ª Semana nacional em defesa e promoção da educação pública*. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/76020-nesta-quarta-feira-26-tem-greve-nacional-em-defesa-da-lei-do-piso-e-por-revogacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 29 de abril de 2023.
- Costa, H. B. (2020). Financeirização da educação básica: Tendências no período 2010-2019. *Dissertação. (Mestrado em Educação)* – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2020/dHellen%20Balbinotti%20Costa.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Domenici, T. (2020). Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EaD, *Agência Pública*, 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/>. Acesso em: 25 de março de 2021.
- Ezpeleta, J. e Rockwell, E. (1986). *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Finelli, L. C. (2020). Da sala de aula invertida à inversão da sala de aula: a metodologia da Kroton a serviço da mercantilização do ensino. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito.
- Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.
- Furlani, B. (2021). Arco Educação atinge valor de US\$2,57 bilhões e deixa família dos donos bilionária, *Seu Dinheiro*, 5/10/21. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2019/arco-educacao/arco-educacao-vale-257-bilhoes-familia-fica-bilionaria/>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Gomes, T. A. de M. (2021). Empresas de educação superior na bolsa de valores: conflitos laborais e trabalho docente. *Tese de Doutorado em Educação*. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ.

- Graham, M. e Anwar, M.A. (2020). Trabalho digital. In: Antunes, R. (Org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. SP: Boitempo.
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: Antunes, R. (Org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. SP: Boitempo.
- Haas, C. M. e Pardo, R. da S. (2017). Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. *Avaliação* (Campinas) 22 (3). Sep-Dec. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300008>.
- Klein N. (2020). Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica. *The Intercept Brasil*. 13/05/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.
- Kofler, L. (2010). *História e dialética: Estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. RJ: Editora UFRJ.
- Koike, B. (2021a). Cogna e Eleva fecham acordo para troca de ativos. *Valor*, 22/2/21. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/22/cogna-e-eleva-fecham-acordo-para-troca-de-ativos.ghtml>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Koike, B. (2021b). Arco compra sistemas de ensino da Pearson por R\$ 920 milhões. *Valor*, 06/03/21. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/03/06/arco-compra-sistemas-de-ensino-da-pearson-por-r-920-milhes.ghtml>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- KPMG. (2020). Total acumulado de transações por setor de 2001 a 2020. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/11/pesquisa-fusoes-aquisicoes-3-trimestre-2020.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. SP: Boitempo.
- Leher, R. (2022). Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. *Revista de Políticas Públicas*, 26 (Especial), 78–102. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>.
- Leher, R. (2021a). Financeirização da educação: reestruturações das organizações educacionais de capital aberto e com participação de fundos de investimentos (2018-2021). *Projeto de pesquisa* apresentado ao CNPq.
- Leher, R. (2021b). The new normal in education is ultra-neoliberal: In defense of the strategy that breaks with the time continuum. In: Accioly, I.; Macedo, D. (Org.). *Education, equality and justice in the new normal global responses to the pandemic*. 1ed. London: Bloomsbury Academic, v. 1, p. 30-45.
- Leher, R. (2020). Ler a crise, ler a mercantilização da educação. In: Santos, M. R. S. dos; Gomes Melo, S. D.; Gariglio, J.A. (ed.). *Políticas, gestão e direito à educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção*. 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço.
- Leher, R. (2019). Educação superior, fundos de investimentos e monopolização do setor privado. *Relatório de pesquisa* Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

- Leher, R. (2015). O controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo. *Projeto de pesquisa* CNPq.
- Leher, R.; Motta, V.C.; Gawryszewski, B. (2019). A agenda educacional do capital na autocracia burguesa e alguns apontamentos sobre as alternativas In: Batista, E. L.; Orso, P. J. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação em tempos de devastação neoliberal*. Marília: Lutas Anticapital, v.1, p. 177-210.
- Marx, K. (2017). *O Capital*, Livro III, 2ª ed. tradução Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo.
- Moreira da Silva, A. (2021). *Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial: a busca pela força do trabalho a serviço de um projeto hegemônico*. Curitiba: Editora CRV.
- Niskier, C. (2021). Educação contra o apagão de mão de obra. *O Globo*, 24.7.21, p.3.
- PublishNews. (2019). Kroton muda de nome e se reposiciona no mercado. 8 out. 2019. disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2019/10/08/somos-passa-a-se-chamar-vasta>. Acesso em: 12 de abril de 2023.
- Ribeiro, R. de S. (2017). Fusão Kroton/Estácio: ‘o final de uma novela’ que dará origem a 3 novas minisséries no setor de educação. *InfoMoney*, 30 jun. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/thiago-salomao/fusao-kroton-estacio-o-final-de-uma-novela-que-dara-origem-a-3-novas-minisseries-no-setor-de-educacao/>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- Saviani, D. (1999). *A nova Lei da Educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas*. 5.ed. rev. São Paulo: Autores Associados.
- Sardinha, R. (2022). Estudo sobre os gastos públicos do FIES. *Relatório de pesquisa*, mimeo.
- Sistema Educacional Brasileiro - SEB. (2023). Conexia -My Life. <https://mylifesocioemocional.com.br/>
- Sguissardi, V. (2019). As missões da universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. *Teoria e Prática da Educação*, v. 22, n.3, p. 38-56.
- Silveira, S. A. da. (2021). *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. SP: SESC, 2021
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- Tribunal de Contas da União (2008). *Relatório de auditoria operacional Prouni* (TC-013.493/2008-4). Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24E08D405014E0D2400584B26>. Acesso em: 25 de março de 2023.
- Tribunal de Contas da União. (2016). Acórdão 3001/2016. *Fundo de financiamento estudantil*. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO:3001%20ANOACORDAO:2016%20COLEGIADO:'Plen%C3%A1rio'/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0. Acesso em: 10 de março de 2023.

Valim, C.E. (2018). Do Ceará à Nasdaq. *Isto É Dinheiro*, 11/10/2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/do-ceara-a-nasdaq/>. Acesso em: 10 de março de 2023.

Autor

Roberto Leher

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo
Professor titular de Políticas Públicas em Educação na Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Atua na linha “Educação, Trabalho e Movimentos Sociais” do
Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
leher.roberto@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>

Como citar o artigo:

LEHER, R. MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN BÁSICA, SISTEMAS EDUCATIVOS Y PLATAFORMAS LABORALES COMO EXPRESIONES DE LA PEDAGOGÍA DEL CAPITAL **Revista Paradigma**, Vol. XLIV, Edição Temática Nro. 4: Políticas Educacionais em Tiempos de Mercantilización, Sept. de 2023 / 34 – 60. DOI: